

Autor Carlos Valder do Nascimento

ABUSO DE AUTORIDADE E SUA INADEQUAÇÃO AO CRIME DE HERMENÊUTICA

Área específica DIREITO PROCESSUAL PENAL .

Áreas afins DIREITO ADMINISTRATIVO; DIREITO CONSTITUCIONAL.

Público-alvo/consumidores OPERADORES DO DIREITO, ESTUDANTES, ADVOGADOS

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm **CÓDIGO:** 10001543

Este livro objetiva demonstrar a impropriedade do termo "crime de hermenêutica" empregado por Rui Barbosa na revisão-crime contra o Juiz Alcides de Mendonça na sua defesa no Supremo Tribunal Federal. Sustenta no curso de sua narrativa que o abuso de autoridade não guarda correlação com o tipo penal tendo como fundamento a hermenêutica. Isso porque esta diz respeito apenas à questão de natureza metodológica vinculada ao processo de interpretação e aplicação do direito. O direito e a política buscam a persecução do bem comum, e imbricados visam a contribuir para uma sociedade justa e solidária. O cidadão não pode ficar à mercê de autoridades que extrapolam os limites de sua competência institucional. Há, portanto, de possibilitar o afrontamento do cerceamento da liberdade, do medo e da opressão. Assim, contribuindo para a liberdade de cátedra, assegurando, em consequência, um ambiente de manifestação livre, sem policiamento das ideias concebidas, capaz pela sua natureza de não permitir o delito de opinião forjado pelos que pretendem impedir a liberdade de manifestação do pensamento no mundo acadêmico.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N244a Nascimento, Carlos Valder do

Abuso de autoridade e sua inadequação ao crime de hermenêutica / Carlos Valder do Nascimento – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

131p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0613-8

1. Direito Processual Penal. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.43 CDU: 343.1

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NASCIMENTO, Carlos Valder do. *Abuso de autoridade e sua inadequação ao crime de hermenêutica*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 131p. ISBN 978-85-450-0613-8.

Carlos Valder do Nascimento é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (aposentado). Membro da Academia de Letras de Ilhéus e de Itabuna, do Instituto Ibero-Americano de Direito Público e da International Fiscal Association – Holanda. Professor da Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF do MF. Foi Professor da Escola de Magistratura do Trabalho – Bahia e da Escola Superior de Advocacia da OAB – Bahia.

SUMÁRIO

APRESE	ENTAÇÃO	9
INTROI	DUÇÃO	11
CAPÍTU	JLO 1 A DA RESPONSABILIDADE PESSOAL	15
1.1	Considerações preliminares	15
1.2	Abrangência do sentido da expressão abuso de autoridade	16
1.3	Posição abusiva do agente: abusus non tollit usum	20
1.4	Aspectos conceituais da responsabilidade pessoal	22
1.4	1 1	26
1.5	Sobre o termo <i>autoridade</i> quanto à questão abusiva	20
CAPÍTU		24
	O DE AUTORIDADE E O CRIME DE HERMENÊUTICA	31
2.1	O sentido do termo da interpretação	31
2.1.1	Pensar e decidir no domínio de autonomia funcional	31
2.1.2	A interpretação e seus elementos metodológicos	32
2.2	A noção de hermenêutica	34
2.3	A impropriedade do termo crime de hermenêutica	36
2.4	Responsabilidade política como controle do parlamento	41
CAPÍTU	II O 3	
	ICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO E OPOSIÇÃO DOS JUÍZES E	
	OTORES	45
3.1	Modificações na legislação que rege o abuso de autoridade	45
3.2	Preocupação dos operadores da força-tarefa e dos magistrados	51
3.3	Abuso de autoridade na perspectiva da Lava Jato	55
3.4	Desvirtuamento de regras processuais	59
CAPÍTU	JLO 4 RPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O ABUSO DE	
	IDADEIDADE	63
	A problemática da interpretação e aplicação do direito	63
4.2	Possibilidade de aplicação do direito implícito	65
4.3	A intencionalidade do agente	67
4.4	Abuso de poder de autoridade e interpretação	69
4.5	Aspectos referentes à questão da hermenêutica	71
4.6	A interpretação do direito e sua vinculação a uma	/ 1
4.0	concepção de Estado	72
C + DÍTH	W 0 5	
CAPÍTU	RÁTICOS DE NATUREZA ABUSIVA	75
5.1		75 75
	Abuso de demanda na área do processo de execução fiscal.	
5.2	Condução coercitiva de um ex-presidente	79
5.3	Diálogos de divulgação de interceptações telefônicas	82
5.4	Supersalários: fraude à Constituição por enriquecimento ilícito	84
5.4.1	Supersalários dos marajás da República e corrupção	84
5.4.2	Criminalização de comportamento dessa natureza	87
5.5	Atitude dos que se julgam acima da lei	90
5.5.1	Excessos cometidos pelos magistrados	91

5.5.2	Caracterização do abuso de poder de autoridade em razão dos fatos	92
5.6	Três medidas do MPF contra corrupção	95
5.6.1	O teste de integridade e a condição físico-psíquica do cidadão	99
5.6.2	A descaracterização e o esfacelamento do uso do <i>habeas</i> corpus	100
5.6.3	A questão das provas obtidas por meios ilícitos	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS		109
REFERÊ	NCIAS	115
ANEXC Parecer	nº, de 2017	123